

# INFORME

## AMÉRICA LATINA: NOVA ETAPA DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

V Reunião do Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal na Esfera da Educação na América Latina e no Caribe. Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe. OREALC/UNESCO

*Vinte e cinco países da América Latina e do Caribe se reuniram em Santiago do Chile, entre 8 e 11 de junho deste ano, para aprovar o plano de ação do chamado Projeto Principal de Educação, correspondente aos próximos três anos. Este é o quinto encontro que se realiza no âmbito do Projeto Principal e coincide com a comemoração da primeira década do projeto. Iniciado sob os auspícios da UNESCO, seu objetivo era lograr um compromisso efetivo dos estados membros da Região para enfrentar as carências e necessidades educacionais, sintetizadas em três pontos principais: assegurar, antes do ano 2000, a educação básica de todas as crianças em idade escolar, erradicar o analfabetismo e melhorar substancialmente a qualidade e a eficiência dos sistemas educacionais.*

Muitas reuniões técnicas, projetos e estudos apoiados direta ou indiretamente pela UNESCO, assim como inumeráveis programas postos em andamento pelos países da América Latina e do Caribe, comprovam que, em primeiro lugar, o Projeto Principal tem sido uma importante fonte de promoção e revigoramento da educação. Também tem contribuído para sensibilizar organismos financeiros internacionais e outras agências de cooperação sobre as prioridades educacionais do continente.

### Conquistas e desafios

Como assinalou em Santiago o presidente do Comitê Intergovernamental do Projeto Principal, Eduardo Peña Triviño, ministro da Educação do Equador, na quase totalidade dos países mais de 95% da população se matricularam na educação primária e apenas cinco países têm taxas de acesso inferiores a 80%. Isto indica que o primeiro objetivo — universalizar a educação básica — está em vias de se realizar, apesar das evidentes limitações de algumas zonas rurais,

indígenas ou marginais de extrema pobreza. Essas cifras, porém, não devem nos fazer esquecer que há no interior dos sistemas educacionais uma série complexa de problemas que se reportam à queda da qualidade, não obstante o notável aumento da oferta de escolas em toda a Região.

Outro indicador mencionado pelo ministro Peña Triviño é o da redução do analfabetismo absoluto — que hoje está por volta de 15% da população com mais de 15 anos. Na última década, desenvolveram-se numerosos programas de educação de adultos, o que permitiu enriquecer a prática e a doutrina do continente neste sentido, embora em números absolutos persista uma alta cifra de analfabetos (42,5 milhões de pessoas) concentrados basicamente em sete países, em alguns grupos de indígenas de outros países e em populações com mais de 40 anos de zonas marginais de quase toda a América Latina.

Essas referências auspiciosas, no entanto, encontram um sério problema que é o que está no centro do debate educacional contemporâneo da América Latina: o avanço da melhoria da qualidade da educação tem sido lento, no melhor dos casos, quando não

regrediu em virtude de uma multiplicidade de fatores tanto internos ao sistema educacional como externos a ele, relacionados com o contexto sócio-econômico.

Um estudo da UNESCO/UNICEF de março deste ano, "A Educação pré-escolar e fundamental na América Latina e no Caribe", afirma: "Indicadores diretos, tais como os altos níveis de repetência e os baixos rendimentos escolares de alguns países da região, quando comparados com os de países desenvolvidos, ou de alunos rurais em relação aos urbanos, demonstram sérios problemas de qualidade. Indicadores indiretos, que medem os fatores que parecem incidir nos sucessos alcançados, também confirmam os problemas de qualidade. Com efeito, os baixos níveis relativos de salários dos professores, a curta duração efetiva do ano escolar, o tempo reduzido destinado à aprendizagem propriamente dita, o fato de muitos alunos não disporem de textos, as más condições físicas das escolas ou a alta deserção confirmam a existência de problemas de qualidade da educação primária na Região".

### Estado e sociedade

Uma decorrência imediata desta realidade tem sido, obviamente, culpar os sistemas educacionais e — ante a crise dos anos 80 e as políticas de reajuste estrutural que significaram uma drástica redução dos orçamentos destinados aos serviços sociais — o Estado. Curiosamente, uma forte tendência assinala que ao se privatizarem os serviços educacionais, regendo-se pela lógica do mercado, obter-se-iam melhores resultados educacionais.

"A crise da década de 80 — observou Germán Rama, um dos expositores do encontro de Santiago — contrapôs baixa de qualidade a ineficiência estatal, o que é uma falsa oposição". Em geral, a tônica dos participantes no encontro do Chile não foi exatamente essa. Parece, na verdade, ter-se superado a idéia de que reclamar uma melhor gestão educacional implica necessariamente que os governos se afastem de suas obrigações fundamentais, como a de garantir uma educação básica universal e gratuita.

O vice-presidente do Banco Mundial, Shahid Husain, pareceu inclinar-se para uma interpretação mais ampla. Por trás dos sérios problemas de baixa da qualidade, estão as graves desigualdades sócio-econômicas de que ainda padece a Região. Não se trata, portanto, de ser o Estado o principal responsável pelas deficiências apontadas, mas sim do fato de que a distribuição desigual da renda — entre outros fatores — ameça os resultados educacionais. "Durante a década de 80, a distribuição de renda piorou na Região — disse ele —, especialmente na Argentina, Brasil, Honduras e Venezuela. Os estudos indicam que, à parte a distribuição inicial da riqueza, o nível de educação representa o fator mais importante nos rendimentos de um indivíduo. A distribuição de renda na América Latina é o resultado das grandes desigual-

dades de riqueza e do acesso deficiente dos pobres a uma educação de qualidade razoável".

### A nova etapa

No que sim parece haver consenso é que a educação latino-americana se encaminha para uma etapa de renovação total, o que nos leva a perguntar seriamente se as formas institucionais vigentes podem continuar ou se é preciso imaginar outros cenários nos quais, junto com o Estado, intervenham mais ativamente atores sociais tais como instâncias locais de governo, grupos integrados por professores, conselhos e comissões de educação, pais de família e inclusive alunos.

Os tempos do predomínio do Estado, aliados a uma burocracia central gigantesca e a um professorado cujas atribuições estavam minimizadas pelo aparato administrativo, estão em vias de extinção.

Os ministros de Educação da América Latina e do Caribe, reunidos em Quito, em 1991, ao avaliarem o Projeto Principal, concordaram em que a estrutura centralizada dos sistemas educacionais era inadequada e recomendaram ações rápidas em prol da descentralização. Este é outro aspecto que vem adquirindo força crescente no continente, na esperança de que possa ser um instrumento de melhoria da qualidade da educação.

Descentralização, desconcentração, municipalização têm sido entendidas como passos positivos que permitem aproximar as decisões da política educacional à vida escolar e à ação educacional concreta.

Dessa forma, a UNESCO realizou um trabalho conjunto com a CEPAL para aprofundar os principais aspectos problemáticos da educação latino-americana e verificar as estratégias preferíveis para enfrentá-los com êxito. O resultado desse esforço conjunto deu lugar a um trabalho importante dentro das novas perspectivas da educação continental, cujo título é: "Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade". Nele são especificados alguns pontos centrais dentro do debate do que deve e pode fazer o Estado na transformação educacional e o que implica conceitos como descentralização, competitividade ou eficiência.

Assim, descentralização, por exemplo, não se configura como "uma porta de entrada para a 'privatização' dos estabelecimentos escolares", mas como um meio para dar às escolas a possibilidade de recuperar sua missão cultural própria, "contribuindo para conformar, cada uma a partir de sua própria perspectiva, a identidade cultural de sociedades que se tornaram cada vez mais complexas e plurais em sua composição e orientações". Da mesma forma, descentralização implica busca da equidade do sistema educacional, "única maneira de garantir que este possa contribuir para a formação de uma cultura comum da moderna cidadania".

## Objetivos estratégicos

O estudo, ao especificar os desafios futuros, colaborou para determinar sete objetivos estratégicos que também estão presentes nas discussões do encontro de Santiago:

- Gerar novas formas institucionais de educação abertas às reivindicações da sociedade;
- Assegurar um acesso universal aos códigos da modernidade;
- Impulsionar a criatividade no acesso, difusão e inovação científica e tecnológica;
- Gerir de forma responsável as instituições escolares;
- Profissionalizar os educadores;
- Estabelecer um compromisso financeiro da sociedade com a educação;
- Desenvolver a cooperação regional e internacional.

Cada um desses objetivos estratégicos implica uma série de ações que, por sua vez, comportam mudanças radicais de atitude por parte dos atores da área educacional.

O importante é que o debate sobre a modernização da educação não seja dificultado por excessos nem preconceitos ideológicos muito arraigados nas sociedades latino-americanas. Estamos frente a uma etapa qualitativamente distinta daquela que há uma década dominou o Projeto Principal, mas sem demasiada variação de ênfase ou de problemas, já que muitos deles, que originaram inclusive o Projeto, ainda persistem.

Há quem acredite que a mudança de ótica principal reside no fato de que se ampliou o marco da ação educacional. A educação já não é nem pode ser uma tarefa exclusiva do Estado ou dos governos eleitos. Esta é uma idéia antiga com raiz na educação latino-americana mas que não encontrou uma verdadeira institucionalização. Em parte, porque o aparato estatal gera formas de poder que é difícil desbancar e, em parte, porque para o conjunto da sociedade era difícil imaginar uma educação regida por princípios aplicáveis à economia de mercado. A aplicação do modelo liberal e a plena reinserção da economia continental à economia mundial abriu os olhos de muitas sociedades latino-americanas, e hoje isso está bastante mais claro, como indicam os ministros de Educação no encontro de Santiago quando afirmam que "o êxito dos países da Região para inserir-se na economia internacional dependerá em grande medida da modernização de seus sistemas educacionais e das melhorias que possam introduzir nos processos educativos. É necessário assegurar uma educação básica de qualidade para todos os educandos de um país. Os países da Região não estariam em condições de enfrentar os desafios do século XXI sem antes ter alcançado a base educacional que lhes permita ter uma inserção competitiva no mundo".

## Desenvolvimento econômico e educação

Esta estreita relação entre desenvolvimento econômico e educação permitiu, por outro lado, uma relação mais íntima entre organismos financeiros internacionais e os países da Região, mediada por outros organismos das Nações Unidas. Resulta, assim, alentador que o Banco Mundial, através de seu porta-voz no encontro de Santiago, tenha assinalado que: "Para nós não existe maior prioridade na América Latina do que a educação. Entre 1987 e 1992, nosso programa de empréstimos para a educação na América Latina e no Caribe aumentou de US\$ 85 milhões para US\$ 780 milhões no período e prevemos outro aumento de cerca de 8 milhões de dólares em 1994. Essa prioridade se baseia: 1) na experiência da Ásia Oriental, onde a ampliação da educação básica no início dos esforços de desenvolvimento desempenhou um papel importante em sua dinâmica econômica atual; 2) na convicção de que houve uma mudança fundamental nas atitudes e nas prioridades públicas dos países latino-americanos e caribenhos, e que os países dessa região estão preparados e são capazes de intensificar seus esforços nesse campo crítico; 3) na convicção de que em países como o México e Chile, onde os esforços de reforma estão avançados, ou então nos lugares onde certos temas políticos e institucionais atrasam essas reformas, a ampliação da educação não pode esperar e deve estar na vanguarda dos objetivos nacionais.

A segunda perspectiva aberta no encontro de Santiago é o reconhecimento explícito de que o desenvolvimento educacional é a condição básica para a ampliação da democracia, para a igualdade, a solidariedade e o respeito aos direitos humanos, como indicou Frederico Mayor, o diretor geral da UNESCO, no discurso inaugural do evento. Há uma dimensão ética, humanista e profundamente democrática nos propósitos inovadores da educação latino-americana que não deve ser descuidada. "O desenvolvimento da educação — disse Frederico Mayor — implica aprender e ensinar a disciplina do longo prazo, da consideração do conjunto e não de banalidades, e acreditar firmemente na transformação social como uma exigência ética. Devemos ser capazes de persuadir todos — e especialmente os parlamentares, os meios de comunicação — de que: a democracia necessita de cidadãos capazes de ter acesso à informação e de saber avaliá-la; a pobreza não será reduzida se não houver educação de qualidade; o crescimento econômico requer recursos humanos capazes de se adaptarem à mudança tecnológica; o crescimento racional da população depende em grande parte da boa educação das famílias, especialmente das mulheres e adolescentes; o uso de recursos naturais requer um conhecimento que permita sua adequada extração e transformação; finalmente, como já se acentuou anteriormente, a paz se constrói tenazmente e se forma em cada pessoa através da educação."

## As perspectivas de Santiago

É por tudo isso que a recente reunião de Santiago tem uma importância singular no atual debate sobre a educação latino-americana.

Em primeiro lugar, porque situa com realismo quais devem ser as vias prioritárias da modernização educacional e, ao mesmo tempo, supera os falsos confrontos que em determinado momento surgiram com relação ao papel do Estado nas mudanças educacionais e entre modelos econômicos e modelos educacionais, entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Um primeiro ponto a ser elucidado é o das dificuldades ou fatores limitadores que se apresentaram no âmbito do projeto principal de educação. Quais são essas dificuldades e quais as respostas que podem mitigá-las ou eliminá-las?

1. *Instabilidade das políticas educacionais como resultado das mudanças de governo e da tendência regional a votar por opções oscilantes.*

Frente a esse problema, assinalam os ministros, faz-se indispensável estabelecer convergências e consensos básicos nacionais que dêem continuidade ao esforço educacional.

2. *Desordem e gigantismo no volume e falta de pertinência da informação disponível para traçar as reformas educacionais, correndo-se muitas vezes o risco de se prescindir da opinião dos atores sociais que estão diretamente relacionados com o curso da ação educacional.*

Frente a esse problema se postula a confecção de novos sistemas de coleta e processamento da informação de modo que se consiga um processo contínuo, aberto, e assim coincidente com o aperfeiçoamento do diálogo democrático no interior das sociedades de cada um dos países.

3. *Efeitos contraproducentes em virtude da aplicação de diversas políticas, sem considerar a articulação que estas têm com as outras medidas que se aplicam no extenso universo setorial educacional.*

Frente a esse problema se postula uma visão sistêmica na qual, além de considerar os efeitos previsíveis das interações entre as diferentes medidas, se incluem os diferentes níveis de decisão do setor, de modo que haja correlação e comunicação entre todos eles.

4. *Dificuldade para que as decisões adotadas em nível central ou pelas cúpulas dirigentes cheguem a ter um efeito nas salas de aula ou nas bases do sistema educacional. Desta dificuldade sofreram frequentemente os projetos de reforma educacional da Região, de modo que muitos planos importantes do ponto de vista teórico não tiveram uma realização positiva na prática educacional.*

Frente a esse problema se postula que as tentativas de reforma ou de inovação incorporem um componente sistemático de condução e acompanhamento da aplicação e dos efeitos das medidas no trabalho

cotidiano das escolas, tarefa na qual os professores têm um papel relevante.

Por último, a reunião ministerial de Santiago trouxe objetivos e eixos de ação centrados em uma proposta de profissionalização da ação educacional que, de certo modo, resume o interesse regional de potencializar e enriquecer a educação e elevar sua qualidade. Já se assinalou que o realismo parece ser hoje uma tendência objetiva dos governos, e que naturalmente também está presente nos projetos educacionais. Isto significa que em vez de se pensar num universo muito amplo de ações educacionais que implicassem, como no passado, mobilização de esforços em diversos campos, ataca-se agora o objetivo central que é a potencialização da ação educacional através da educação formal.

## Ênfase na profissionalização

O que significa profissionalizar a ação educacional? Não seria por acaso o que por si só corresponda a um sistema educacional? A proposta do Projeto Principal significa voltar a dar ênfase ao que, por sua simplicidade e elementariedade, foi esquecido na amplidão de concepções e teorias acerca da educação latino-americana: o sistema deve decidir contínua e acertadamente sobre o que se aprende (o quanto e o quê), como se ensina e quais são as formas organizacionais que fazem com que isso ocorra da melhor maneira possível.

Trata-se evidentemente de reivindicar o caráter técnico da ação educacional, mas, ao mesmo tempo, trata-se de situá-la no âmbito de consensos e acordos educacionais que se vão construindo democraticamente, para dar-lhes permanência e dinamismo, estabilidade e permeabilidade, dois conceitos que normalmente têm sido difícil de conciliar, mas que estão na raiz de uma educação que esteja de acordo com a velocidade das mudanças sócio-econômicas, tecnológicas e culturais das sociedades contemporâneas.

O Projeto Principal propõe agora um objetivo geral — profissionalizar a ação educacional — de que deriva uma série de objetivos específicos. Trata-se, na verdade, de dar um grande salto que supere as deficiências observadas em diversas áreas. Em média, os alunos na América Latina alcançam apenas um pouco mais de 50% dos objetivos pedagógicos, e as taxas de repetição continuam sendo altas. As escolas, nos setores mais pobres, têm resultados muito abaixo de 50% dos objetivos educacionais, o que significa que se mantém uma segregação considerável do direito a uma educação básica. E há algo ainda mais sério: ninguém, dentro do sistema educacional tal como está hoje configurado, se responsabiliza pelos resultados, tanto em termos de gestão como de administração. É por isso que se necessitam de maiores esforços no sentido de elevar a quantidade e qualidade das aprendizagens dos alunos, fomentar as ações de redução de desigualdades de acordo com o critério de discriminação positiva e, sobretudo, de-

envolver uma gestão responsável pelos resultados. Esse novo estilo de gestão — indica o informe final da reunião do Promedlac V — “demonstra uma grande capacidade da administração para definir, dentro de seus planos e programas, conquistas e indicadores de rendimento que em cada caso se espera alcançar, e aplicar sistematicamente procedimentos de avaliação dos resultados obtidos em cada programa ou projeto de trabalho”.

Dessa forma, a busca de uma ação educacional assim concebida focaliza dois eixos fundamentais: o *institucional* e o *pedagógico*.

Do ponto de vista institucional, o que se tenta é plasmar uma *gerência moderna* do sistema em seus distintos escalões: na instância central dos ministérios ou secretarias de Educação, passando pelas instâncias regionais, zonais, locais, até chegar à escola e à sala de aula. O eixo institucional divide seus objetivos entre a profissionalização dos ministérios e a ação da escola.

No primeiro caso, assinala que deveriam ser revistos a fundo os procedimentos e as práticas seguidas até hoje, visando a que: nos escalões dos ministérios se fortaleçam as capacidades políticas e que estas se interrelacionem com as capacidades técnicas para a formulação e execução dos programas educacionais; se criem mecanismos ótimos de prosseguimento e avaliação não só dos programas nacionais como também das atividades locais; apoiando-se nas tecnologias de informação, sejam geradas condições para localizar ações voltadas para a redução de desigualdades; se desenvolva uma política de fomento de inovações.

Trata-se, pois, no caso da *profissionalização da ação educacional*, de desenvolver uma nova gestão dos estabelecimentos escolares, afirmar a função estratégica do diretor da escola, dos novos papéis dos docentes, fortalecer as ações que visam à busca de consenso na comunidade educacional, estimular a descentralização curricular e garantir uma infra-estrutura física e técnico-pedagógica às escolas.

O eixo pedagógico, por seu lado, se subdivide em dois: profissionalizar o ensino nas escolas e melhorar a qualidade da educação básica de jovens e adultos (EDJA).

Com respeito à aprendizagem da *lecto-escritura* é preciso observar que, paralelamente aos trabalhos da reunião ministerial, se organizou uma mesa redonda sobre o tema na qual os participantes concordaram que era chegado o momento de realizar mudanças substanciais, tanto na alfabetização de adultos como na educação básica de adultos. Há pesquisas demonstrando que há dois fatores principais capazes de explicar as diferenças: o estilo escolar de aprendizagem e os materiais disponíveis. Deve-se criar condições para que o desenvolvimento lingüístico seja um processo espontâneo, criativo e aplicável a situações vividas pelos educandos. Dedicar tempo para a leitura silenciosa de textos autênticos e estimulantes, escritos em suas línguas maternas, dentro de um ambiente letrado, foi especialmente valorizado. A importância da

iniciação na lecto-escritura a partir da língua materna foi observada especialmente dentro de contextos plurilíngües.

Ainda dentro deste tópico, é fundamental fortalecer o ensino e a aprendizagem das matemáticas, a incorporação de componentes da cultura científico-tecnológica e do meio ambiente e a formação, aperfeiçoamento e melhora substancial das condições de trabalho dos docentes, tarefa em que a presença do Estado é relevante.

Com relação à EDJA, certamente as expectativas não só estão voltadas para que participem plenamente, em sua condição de cidadãos e usuários, de melhores condições de vida em sociedades que rapidamente alcançam a modernidade, mas também que estejam suficientemente habilitados para o trabalho, seja através de organismos mistos de capacitação profissional como através da educação técnica e do ensino médio. Esse esforço procura igualmente contribuir para superar o círculo vicioso da pobreza existente na grande maioria das sociedades latino-americanas.

Quais foram as contribuições desse encontro do Promedlac V? Uma primeira constatação é que não foi apenas mais um encontro de ministros de Educação, em que as formalidades costumam sobressair mais do que os conteúdos e os compromissos. Como observou Ernesto Schiefelbein, diretor da Oficina Regional de Educação da Unesco para América Latina e Caribe (OREALC), não só o alto número de ministros participantes — sinal de interesse especial por um maior impulso educacional na Região —, mas também a amplitude de temas abordados dão uma mostra clara do afã de alcançar uma otimização da nova etapa, em que entra o desenvolvimento educacional da região.

Schiefelbein destacou o interesse dos participantes em concentrar esforços na “atenção às zonas rurais, (n)o fortalecimento da participação comunitária e familiar, (n)as populações indígenas e (n)a incorporação de temas colaterais nos currículos, como a educação para a paz, os direitos humanos e a educação ambiental”.

Como superar as deficiências de qualidade na educação básica? Schiefelbein observou que “pôr em prática modalidades de educação básica que vinculem, através de atividades dos alunos, a escola com a família, geram processos de educação permanente. Mas, definitivamente, necessita-se sistematizar e fortalecer a prática educacional dos jovens e adultos. É preciso recuperar, gerar e difundir estratégias e alternativas como fruto de acordos sobre políticas de ação educacional e de mecanismos de combinação interinstitucional e intersectorial. Tais estratégias devem conciliar o político, o econômico e o educacional com as necessidades básicas de aprendizagem, isto é, assegurar uma educação de jovens e adultos pertinente e qualificada”.

Do mesmo modo, foram importantes as indicações sobre o desafio para criar uma “nova cultura organizacional na escola”, determinar o tema da descentralização e o alcance de consensos em matéria

educacional. "Isso constitui — assinalou o diretor da OREALC — tanto uma estratégia efetiva para assegurar a continuidade das ações educacionais e propor soluções mais totalizadoras para os problemas que enfrentam os sistemas educacionais, como um mecanismo eficaz para a participação de organismos governamentais e não governamentais".

## **EIXOS DA AÇÃO EDUCACIONAL**

**Objetivo geral:**

- Melhorar os níveis globais de qualidade da aprendizagem

**Objetivo específico:**

- Elevar a qualidade e quantidade da aprendizagem dos alunos
- Fomentar ações para a redução de desigualdades
- Desenvolver uma gestão responsável pelos resultados

## **EIXO INSTITUCIONAL**

### **I. Profissionalizar a ação dos Ministérios da Educação**

- Fortalecer competências políticas e sua interrelação com competências técnicas para formulação e execução de programas.
- Introduzir novas práticas de planificação e de gestão.
- Estabelecer bandeiras nacionais e sistemas de avaliação de resultados do processo educacional.
- Desenvolver novas instâncias de prosseguimento das atividades locais, apoiando-se nas tecnologias de informação.
- Criar condições para melhorar a qualidade e a quantidade das aprendizagens.

- Gerar a capacidade de enfocar ações em prol da redução de desigualdades.
- Desenvolver uma política de fomento de inovações.

### **II. Profissionalizar a ação da escola**

- Desenvolver uma nova gestão dos estabelecimentos.
- Afirmar a função estratégica do diretor da escola.
- Fortalecer os novos papéis dos docentes.
- Fortalecer a busca de consenso com a comunidade educacional.
- Estimular a descentralização curricular.
- Garantir uma boa infra-estrutura física e técnico-pedagógica das escolas.

## **EIXO PEDAGÓGICO**

### **I. Profissionalizar o ensino nas escolas**

- Priorizar a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática.
- Incorporar componentes da cultura científico-tecnológica e do meio ambiente.
- Melhorar a remuneração e condição de trabalho docentes.
- Investir na formação e no aperfeiçoamento dos docentes.

### **II. Melhorar a qualidade da educação básica de jovens e adultos (EDJA)**

- Melhorar a qualidade dos processos e resultados.
- Sistematizar e fortalecer a prática educacional da EDJA.
- Contribuir para superar o círculo vicioso da pobreza.